



## Fim da desoneração da folha de pagamentos vai a votação hoje

Líderes partidários adiaram por um dia análise do projeto que revê a política de desoneração e aumenta as alíquotas sobre a receita bruta das empresas de 56 setores da economia. Ontem não houve consenso

Última proposta entre os textos do ajuste fiscal proposto pelo governo deve ser concluída hoje no Plenário do Senado. Alguns parlamentares querem incluir mais setores entre os que não perderão os benefícios, mas outros querem aprovar o projeto

sem mudanças para evitar que ele tenha que voltar à Câmara, adiando a aplicação das novas regras.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Paulo Skaf, pediu mudanças ao presidente do Senado, Renan Calheiros, alegando que a reoneração põe empregos em risco. **3**



Renan Calheiros (C) conduz reunião de líderes partidários em que foram definidos os projetos que serão analisados hoje

Jonas Pereira/Agência Senado

**Renan anuncia grupo para estudar Agenda Brasil **2****

**Punição por faltas a reuniões de pais segue para a CCJ **6****

**Proposta altera critérios sobre paraísos fiscais **4****

**Veto a reajuste do Judiciário não pode ser votado ainda **2****

**Doações para idosos devem ser facilitadas **4****

Pedro Franco/Agência Senado



Para o jornalista Juca Kfour, comissão pode remodelar a estrutura do futebol

### CPI do Futebol investigará contratos firmados pela CBF

Negociações envolvendo amistosos da Seleção Brasileira entre 2006 e 2022 estão no raio de ação do colegiado. Documentos apresen-

tados pelo jornalista Jamil Chade apontam que as empresas responsáveis por organizar as partidas têm sede em paraísos fiscais. **8**

### Projeto sobre proteção de dados pessoais terá mudanças

Após ouvir especialistas em audiência pública, o relator do projeto que trata da proteção de dados pessoais, Aloysio Nunes

Ferreira, disse que mudará o substitutivo e incluirá artigos sobre as ações do governo no setor e sobre dados "anonimizados". **7**



O relator do projeto, Aloysio Nunes Ferreira (D), assiste à audiência pública

### Nordeste ganha prioridade em verba de irrigação

O Senado aprovou ontem proposta de emenda à Constituição que estende até 2028 o prazo para que sejam destinados prioritariamente à região — e também ao Centro-Oeste — os recursos federais para projetos de irrigação. Desde 2013, a União estava desobrigada de respeitar a prioridade. Agora, volta a ter que aplicar no Nordeste 50% do total das verbas e 20% no Centro-Oeste. A proposta vai à promulgação. **3**

### Financiamento de campanha na pauta da reforma política

A Comissão da Reforma Política deve votar hoje o projeto que veio da Câmara e foi modificado por emendas do relator, Romero Jucá, e por sugestões do Tribunal Superior Eleitoral. A maioria das alterações objetiva limitar os valores das doações para campanhas e ampliar o controle sobre os caixas dos partidos. **5**

Ana Volpe/Agência Senado



Para a senadora Rose de Freitas, acordo feito pelos líderes garantirá votação

### Comissão de Orçamento vota LDO 2016 amanhã

Data da votação do relatório final do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2016 foi definida pelos coordenadores das bancadas partidárias. A presidente da Comissão Mista de Orçamento, Rose de Freitas, acredita que será possível cumprir amanhã todas as fases da votação. **4**

### Transporte como direito social passa em 1ª votação **3**

### Congresso é o juiz das contas de Dilma, diz Otto **5**

### Plenário avaliará regras de plano de serviço funerário **8**



Servidores da Justiça fazem manifestação ao lado do Congresso pela derrubada do veto integral ao aumento de salário

# Congresso não vota hoje veto a reajuste do Judiciário

Após reunião com o presidente do Senado, líderes partidários disseram que projeto não tem vigência necessária para inclusão na pauta. Líder do DEM garantiu que oposição pretende obstruir a sessão

MESMO COM A pressão de milhares de manifestantes nos arredores e dentro do Congresso ontem, o veto presidencial ao reajuste dos salários do Judiciário não está na pauta de votações da sessão do Congresso de hoje, às 11h. A informação foi repassada por líderes partidários após reunião com o presidente do Senado, Renan Calheiros.

De acordo com os líderes do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB), e do PSOL, Randolfe Rodrigues (AP), o veto integral (VET 26/2015) ao projeto de lei que reajusta os salários do Poder Judiciário em até 78,56% ainda não completou 30 dias de vigência, pré-requisito para que seja incluído na pauta de

de votações do Congresso. O veto foi publicado no *Diário Oficial da União* em 22 de julho.

A justificativa da presidente Dilma Rousseff é de que o projeto geraria impacto financeiro de R\$ 25,7 bilhões nos próximos quatro anos, ao fim dos quais passaria dos R\$ 10 bilhões por exercício, sendo “contrário aos esforços necessários para o equilíbrio fiscal na gestão de recursos públicos”.

Randolfe avisou que durante a sessão do Congresso cobrará do presidente Renan a definição de uma data de votação do veto ao reajuste.

De acordo com o líder do DEM no Senado, Ronaldo

Caiado (GO), nenhum veto deve ser votado hoje, pois a oposição pretende obstruir a sessão, uma vez que não conseguiu incluir na pauta os vetos do reajuste do Judiciário nem o Veto 25/2015, sobre o reajuste da tabela do Imposto de Renda.

— Tentamos incluir os Vetos 25 e 26 na pauta, não foi possível. O que eu tenho dito e orientado é que trabalhem no sentido de não dar quórum na sessão do Congresso de quarta [hoje]. Assim, na próxima sessão, estará incluído o veto do reajuste do Judiciário. Vamos caminhar para a obstrução, para que não tenha sessão do Congresso amanhã [hoje] — garantiu o senador.

## Comissão especial vai analisar Agenda Brasil

O presidente do Senado, Renan Calheiros, definiu ontem com os líderes partidários a consolidação da Agenda Brasil. O documento contém sugestões de iniciativas legislativas em três áreas: melhoria do ambiente de negócios e infraestrutura, equilíbrio fiscal e proteção social. Renan comunicou que criará uma

comissão especial pluripartidária para sistematizar propostas e agilizar votações.

Uma sessão temática agendada para 16 de setembro foi acertada para marcar o início dos debates sobre as medidas que poderão contribuir para a recuperação da economia. Os economistas Delfim Netto e Mailson da

Nóbrega participarão como convidados.

Renan também comunicou a criação de uma comissão de juristas que deverá apresentar, em 180 dias, um anteprojeto que trate da desburocratização da administração pública e da melhoria do relacionamento com as empresas e com os cidadãos.

## Raupp pede ações que acelerem obras do setor elétrico

Valdir Raupp (PMDB-RO) citou um estudo da CNI que mostra que o país deve perder R\$ 5,4 bilhões por causa de atrasos na construção de empreendimentos do setor elétrico em 2015. Tais atrasos ocorrem por causa de problemas no planejamento, na desapropriação de áreas e no licenciamento ambiental. A CNI sugere a criação de um balcão único em que questões ambientais sejam resolvidas rapidamente. Para Raupp, é uma “medida de bom senso”.



## Simone quer que governo libere “restos a pagar”

Simone Tebet (PMDB-MS) pediu à presidente Dilma Rousseff e ao ministro da Fazenda, Joaquim Levy, que descontingenciem o dinheiro dos ministérios referente aos chamados restos a pagar de 2013 e 2014. Segundo ela, há centenas de obras públicas pelo país paradas por falta de pagamento e que reaqueceriam a economia. A senadora afirmou que dará voto favorável ao último ponto do ajuste fiscal em análise pelo Senado, que reonera a folha de pagamento.



## Perrella: é necessário prorrogar permissão de casas lotéricas

Zeze Perrella (PDT-MG) defendeu ontem a renovação automática, por mais 20 anos, das permissões de casas lotéricas cujos contratos tenham sido assinados antes da lei que regulamenta o assunto, sancionada em 2013. Ele ressaltou que o país conta com 6,3 mil permissionários, que empregam 60 mil trabalhadores.



— A continuidade é importante e ficará prejudicada caso todas as permissões em vigor sejam licitadas novamente.

## Líder do PMDB, Eunício anuncia filiação de Marta Suplicy ao partido

O líder do PMDB, Eunício Oliveira (CE), anunciou ontem a filiação de Marta Suplicy (SP) ao partido. A senadora havia deixado o PT no fim de abril.

— Todos sabemos do qua-

dro que é a senadora Marta Suplicy e obviamente vai honrar essa sigla, que nós tanto amamos, que é o PMDB. Eu queria registrar essa questão com muito orgulho em nome da bancada, como líder.

## Aécio comemora o ingresso de Pedro Taques no PSDB

Aécio Neves (PSDB-MG) manifestou em Plenário a felicidade por receber em seu partido o governador de Mato Grosso e ex-senador Pedro Taques. O senador espera que Taques encontre na oposição um terreno fértil para defender suas ideias.

— Com trabalho, com simplicidade, com inquestionável espírito público, é merecedor das homenagens de todos os partidos.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Para Lúcia Vânia, economia está de “marcha a ré”

Lúcia Vânia (sem partido-GO) manifestou preocupação com o que chamou de “marcha a ré” na economia. A senadora criticou o governo por tolerar uma inflação alta em 2015. E lembrou que, por dois anos, foram usados recursos do Tesouro para evitar um “tarifaço” de energia elétrica em véspera de eleição. Para ela, com a Agenda Brasil, o Senado mostrou que pode propor alternativas ao país.



Jefferson Rudy/Agência Senado

### ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário após as 20h30 de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- PRESIDÊNCIA Setor da construção**  
9h30 Abertura das reuniões de comissões do Parlatino. Às 11h, sessão do Congresso para analisar vetos. Às 15h, discussão e votação do projeto da Lei de Responsabilidade das Estatais. Às 15h30, reunião com Jorge Viana e representantes da indústria da construção civil. Às 16h, ordem do dia da sessão plenária.
- CI Obras públicas**  
8h30 Na pauta de 5 itens, projeto que institui normas de responsabilização para contratação de obras públicas.
- CAS Dedução de imposto**  
9h Projeto que permite dedução do IR de doações a entidades filantrópicas de assistência social abre pauta com 10 itens.
- CDR Fundos de financiamento**  
9h Audiência sobre os Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste, do Nordeste e do Norte.
- PARLATINO Reunião**  
9h30 Parlamento Latino-Americano (Parlatino) tem encontro de trabalho.
- CCJ Apresentação de preso à Justiça**  
10h Análise de proposta que fixa prazo de 24 horas para a apresentação do preso à Justiça após prisão em flagrante.
- CE Fundeb**  
10h Terceiro ciclo de debates sobre o Fundeb, cuja vigência termina em 2020.

- CONGRESSO Vetos**  
11h Apreciação de projeto que amplia o número de relatorias setoriais da lei orçamentária anual e de vetos presidenciais.
- CDH Denúncia de tortura**  
12h Projeto obriga fabricantes a fornecerem áudio do manual para deficientes visuais. Depois, análise de denúncia de tortura a presos em Campos dos Goytacazes (RJ).
- ASSASSINATO DE JOVENS Pedidos**  
13h A CPI do Assassinato de Jovens se reúne para apreciar requerimentos.
- CMO Duas reuniões**  
14h e 18h Reuniões extraordinárias.
- PLENÁRIO Ajuste fiscal**  
14h Na pauta, último item do ajuste fiscal, que reonera a folha de 56 setores.
- PACTO FEDERATIVO Rodovias**  
14h30 A comissão discute projeto sobre prazo de transferência definitiva da malha rodoviária federal para os estados.
- MP 679/2015 Energia para Olimpíada**  
14h30 Apreciação do plano de trabalho da comissão que analisa a MP sobre energia para as Olimpíadas.
- ESTATAIS Lei de responsabilidade**  
15h Votação da minuta do projeto de Lei de Responsabilidade das Estatais.
- REFORMA POLÍTICA Alterações**  
15h30 A comissão avalia modificações ao atual sistema político.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, a reunião da Comissão de Constituição e Justiça. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

# Reoneração de folhas está na pauta de hoje

O projeto, último dos textos sobre ajuste fiscal, foi incluído pelos líderes na lista de votações do Plenário, assim como propostas sobre repatriação de recursos e reforma política

O SENADO DEVE examinar hoje a reoneração da folha de pagamentos, a repatriação de recursos mantidos por brasileiros no exterior e não declarados à Receita Federal e proposições da reforma política. A pauta foi definida em reunião de líderes na presidência do Senado.

A análise do PLC 57/2015, que revê a política de desoneração e aumenta as alíquotas incidentes sobre a receita bruta das empresas de 56 setores da economia, foi adiada após a reunião de lideranças. Como não houve acordo, o relator, Eunício Oliveira (PMDB-CE), pediu o prazo de mais um dia para tentar um consenso.

— Sei que a pauta está trancada, sei das dificuldades, mas gostaria desse prazo. Não havendo entendimento, não há outro caminho a não ser fazermos a votação — disse.

Eunício indicou que seu

voto seria pela aprovação do texto como veio da Câmara dos Deputados. O líder do governo, Delcídio do Amaral (PT-MS), concordou com o adiamento e destacou que o projeto é o último entre os textos do ajuste fiscal do governo.

Alguns parlamentares querem incluir mais setores entre os que não perderão os benefícios, mas o governo quer aprovar o texto como veio da Câmara, onde alguns setores foram beneficiados com emendas dos deputados. Se houver mudanças no Senado, o projeto terá de voltar à Câmara, o que adiará a aplicação das novas regras.

A oposição criticou a proposta e anunciou que vai votar contra o projeto. Ronaldo Caiado (DEM-GO) afirmou que “o governo tem tudo para perder a votação”.

Os senadores devem também começar a discutir a

reforma política. Na pauta constam seis projetos sobre o tema e a proposta que amplia a participação feminina nas representações legislativas em todos os níveis federativos (PEC 98/2015). De acordo com o presidente do Senado, Renan Calheiros, a PEC será votada hoje em primeiro turno.

Entre os demais projetos da reforma, está o PLS 440/2015, que distribui o tempo de propaganda partidária em rádio e TV de acordo com o tamanho das bancadas na Câmara dos Deputados.

## Repatriação

Caiado afirmou que o Senado deve votar também hoje o PLS 298/2015, de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), que permite regularizar junto à Receita Federal recursos não declarados que estão no exterior. A pena para esse crime pode chegar a oito anos de cadeia.

## Para Ana Amélia, segmento que gera mais empregos deveria ser poupado

Ana Amélia (PP-RS) afirmou que o Senado deve manter a desoneração na folha de pagamento de alguns setores que empregam muitos trabalhadores. A medida consta do PLC 57/2015, que estabelece o fim da desoneração fiscal de 56 setores. Na Câmara, diferentemente do que queria o governo, foi mantida a desoneração de alguns setores da economia, disse a senadora.

Entre eles, ela citou o calçadista e o produtor de frangos. Este último, lembrou Ana Amélia, tem tido crescimento, apesar da crise, por causa do aumento das exportações. Por isso, acrescentou, não é justo onerá-lo e comprometer os empregos gerados e a produção do setor.

— Esse setor que vem empregando, inclusive abrigando os haitianos que estão vindo, porque está crescendo: nós vamos penalizar esse setor?



## Projeto prejudica indústria e muda regra para pior, critica Amorim

Eduardo Amorim (PSC-SE) disse ontem em Plenário que o projeto que revê a desoneração da folha de pagamento das empresas não corresponde à realidade, pois prevê “grande reoneração” para vários setores da indústria nacional. A proposta (PLC 57/2015), relatada por Eunício Oliveira (PMDB-CE), pode ser votada hoje.

— Espero que o senador Eunício encontre até amanhã [hoje] a grande missão de convencer o povo brasileiro e trazer uma boa proposta — afirmou Amorim.

Na avaliação dele, o projeto atende a “sanha arrecadatória” do governo, sob pretexto de promover o ajuste fiscal. O senador considera que o governo vai mudar “para bem pior” as regras atuais. Ele também destacou a importância das manifestações de domingo contra o governo.



Paulo Skaf conversa com Renan Calheiros sobre projeto que trata da reoneração

## Fiesp pede a Renan mudança no texto que revê desoneração de 56 setores

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, pediu ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, que faça mudanças no PLC 57/2015, que trata da reoneração da folha de pagamento. Para Skaf, a reoneração equivale a elevar a carga tributária, o que pode pôr o emprego em risco.

O projeto prevê índices diferentes conforme o setor da economia. Skaf defende uma mudança linear nos índices de reoneração. Ele disse que a reivindicação representa a unanimidade dos 56 setores afetados pelo projeto, que faz parte do ajuste fiscal proposto pelo governo Dilma Rousseff.

— Todos os setores estão aceitando um aumento de 50%. Onde é 1% sobre o faturamento, passaria a 1,5%; onde é 2%, passaria a 3%. Isso não é aumento de um ponto, é aumento de 50% — explicou Skaf.

O benefício da desoneração

foi criado em 2011 e permitiu que setores da economia trocassem a contribuição patronal para a Previdência, de 20% sobre a folha de pagamentos, por alíquotas incidentes na receita bruta. O texto do projeto original aumenta as duas alíquotas atuais de 1% e 2% para, respectivamente, 2,5% e 4,5%.

O projeto que saiu da Câmara excluiu alguns setores dessa regra e deu a eles um reajuste menor. Se o aumento linear defendido pelas indústrias paulistas for aprovado no Senado, as mudanças terão de ser analisadas pelos deputados.

Renan destacou que a conversa com os empresários é importante para decidir como encaminhar a questão. De acordo com ele, restam aos senadores três possibilidades:

— O primeiro cenário é votar o texto originário do governo. O segundo é votar o texto da Câmara. O terceiro é emendar o texto da Câmara.

## Nordeste e Centro-Oeste têm prioridade em irrigação

O Plenário do Senado aprovou ontem, em segundo turno, a PEC 78/2013, que prorroga até 2028 o prazo para que recursos públicos em irrigação sejam prioritariamente investidos em projetos nas Regiões Nordeste e Centro-Oeste. A proposta integra a lista de projetos priorizados pela Comissão Especial de Aperfeiçoamento do Pacto Federativo e agora segue à promulgação.

Com a decisão, a União continua obrigada a aplicar no Nordeste (preferencialmente no semiárido) 50% dos recursos federais destinados à irrigação e no Centro-Oeste, 20%. Essa determinação está no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Originalmente, a medida tinha validade de 15 anos a partir da promulgação da

Constituição de 1988, tendo perdido a eficácia em outubro de 2003. No ano seguinte, foi promulgada a Emenda Constitucional 43, que ampliou o prazo para 25 anos, ou seja, até 2013. Desde então, a União deixou de ser obrigada a priorizar a aplicação de recursos de irrigação naquelas regiões.

A PEC foi apresentada em 2009 e determina que o prazo seja de 40 anos a partir da promulgação da Constituição, ou seja, prorroga-o por mais 15 anos desde que a medida perdeu a eficácia. O texto também estabelece que 50% dos recursos para irrigação beneficiem agricultores familiares.

Walter Pinheiro (PT-BA), presidente da Comissão do Pacto Federativo, comemorou a aprovação da PEC e avaliou que ela interfere positivamente na economia a partir do

reforço a melhorias estruturais na agropecuária. Para o senador, o encaminhamento de propostas desse tipo contribui para o protagonismo da Casa neste momento delicado da economia nacional.

— É uma matéria que serve como exemplo de pauta orientadora que hoje estamos trabalhando. É de suma importância alinharmos, neste momento de dificuldades, a aprovação de matérias que possam reestimar nossa economia na ponta. Todo ajuste precisa ter um complemento aplicado na vida das pessoas.

Pinheiro aproveitou para salientar a importância de que o Senado cumpra o calendário de apreciação das propostas referentes ao pacto federativo, que, segundo ele, devolverão alento aos estados e aos municípios.

## Avança inclusão do transporte entre direitos sociais do cidadão

O transporte poderá ser um direito social garantido pela Constituição. A mudança no texto constitucional foi aprovada ontem, por unanimidade, em primeiro turno no Plenário. A PEC 74/2013 é da deputada Luiza Erundina (PSB-SP), foi relatada pelo senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e será votada em segundo turno.

O líder do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB), destacou a importância da proposta para os trabalhadores que perdem horas no transporte público. Randolfe Rodrigues (AP), líder do PSOL, cobrou melhorias na rede de transporte coletivo. Hélio José (PSD-DF), presidente da Frente Parlamentar de Infraestrutura, destacou a necessidade de mais investimento no transporte

ferroviário de média velocidade nas grandes capitais e na implantação do metrô.

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) criticou as tarifas altas. Para a líder do PCdoB, Vanessa Grazziotin (AM), a proposta é o primeiro passo para melhorar a qualidade de vida dos moradores das metrópoles. Fátima Bezerra (PT-RN) lembrou que o transporte público dá à população acesso a outros direitos sociais, ao permitir o deslocamento para a escola e postos de saúde.

Blairo Maggi (PR-MT) afirmou que a inclusão do transporte entre os direitos sociais obrigará o comprometimento maior de todos para com o tema. Jorge Viana (PT-AC) ressaltou que a mobilidade urbana é uma de suas bandeiras.



Senadora Rose de Freitas, presidente da Comissão de Orçamento, fala na reunião que aprovou novo repasse de recursos

## Defesa e combate à seca terão R\$ 904 milhões extras

Comissão Mista de Orçamento aprovou ontem crédito extraordinário para os Ministérios da Integração Nacional, do Desenvolvimento Agrário e da Defesa. Texto chega ao Plenário da Câmara trancando pauta

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) aprovou ontem a Medida Provisória 674/2015, que abriu crédito extraordinário de R\$ 904,75 milhões para os Ministérios do Desenvolvimento Agrário, da Defesa e da Integração Nacional. A proposta obteve parecer favorável da relatora, deputada Gorete Pereira (PR-CE).

O texto será votado no Plenário da Câmara, onde chega trancando a pauta de votações.

A maior parte dos recursos — R\$ 546,51 milhões — foi endereçada ao Ministério da Integração Nacional para atendimento de populações vítimas de desastres naturais, por meio de aquisição de alimentos, abastecimento de água para consumo e construção de adutoras.

A pasta do Desenvolvimento Agrário recebeu R\$ 243,27 milhões para pagamento de parcelas do Garantia-Safra a cerca de 260 mil famílias que tiveram sua produção atingida pela seca.

O Ministério da Defesa foi contemplado com R\$ 114,97 milhões pela MP 674. Os recursos foram disponibilizados para custear, até o final de junho, a Operação São Francisco. A operação utiliza homens das Forças Armadas em ações de policiamento na cidade do Rio de Janeiro, principalmente na região do Complexo da Maré.

De acordo com Gorete Pereira, os recursos destinados aos Ministérios da Defesa e da Integração Nacional, que somam R\$ 661,48 milhões, afetam a meta de superávit primário de 2015, que é, oficialmente, de R\$ 55,3 bilhões

para o governo federal.

Para evitar estouro do resultado fiscal, o governo terá que fazer a compensação, reduzindo gastos na mesma proporção, como determina a legislação fiscal.

(Da Agência Câmara)

### Comissão de Orçamento fecha acordo para votar LDO amanhã

A Comissão Mista de Orçamento votará o relatório final do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2016 amanhã. A data foi definida em reunião dos coordenadores das bancadas partidárias.

O relatório final está a cargo do deputado Ricardo Teobaldo (PTB-PE). Na semana passada, ele apresentou um adendo e uma errata que fazem modificações no texto inicial apresentado no final de julho.

Pelo acordo, a votação começará às 9h. Às 10h, a reunião será interrompida para que a comissão realize uma audiência com o ministro do Esporte, George Hilton. A votação do projeto da LDO será retomada após o encerramento do debate.

Hilton foi convidado pela comissão para falar sobre a aplicação dos recursos

provenientes da Lei de Incentivo ao Esporte (Lei 11.438/2006) de 2010 a 2014. A audiência foi solicitada pelo deputado Hildo Rocha (PMDB-MA) e está agendada desde a semana passada.

#### Etapas

A presidente da Comissão de Orçamento, senadora Rose de Freitas (PMDB-ES), disse que o acordo feito pelos líderes garante que todas as fases da votação sejam cumpridas amanhã.

Primeiro, Teobaldo lerá o parecer. Em seguida, ocorre o período de discussão e o prazo para apresentação de destaques, que deverão ser analisados e receber parecer do relator. Após essas etapas, o relatório final poderá ser votado na comissão.

(Da Agência Câmara)

## CPI do Carf ouve quatro suspeitos de corrupção

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga denúncias de irregularidades no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) promove reunião amanhã, às 9h, para ouvir quatro suspeitos de integrar o esquema de fraude em sentenças tributárias.

Os senadores vão ouvir o auditor fiscal Eduardo Cerqueira Leite e o advogado Wagner Pires de Oliveira. Eles

são acusados de participar de negociações para manipular julgamentos no Carf e de cooptar servidores públicos para obter vantagens tributárias para o Banco Santander e a Companhia Bozano.

Também devem depor o assessor Lutero Fernandes do Nascimento e o ex-auditor fiscal Jefferson Ribeiro Salazar. Nascimento, que foi indiciado por suspeita de participar do

esquema para livrar de multa o Banco Safra, é assessor de Otacílio Cartaxo, ex-presidente do Carf. Salazar é investigado por suposta participação no esquema de corrupção desvendado pela Operação Zelotes da Polícia Federal.

A CPI do Carf tem como presidente o senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) e como relatora a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

## Doação a fundo de idosos poderá ser feita na declaração de IR

As pessoas físicas contribuintes do Imposto de Renda (IR) poderão fazer diretamente na declaração de ajuste anual doações aos fundos controlados pelos conselhos municipais, estaduais e nacional de direitos do idoso. Proposta (PLS 309/2012) foi aprovada ontem em decisão final pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e deve seguir para a Câmara, se não houver recurso para votação no Plenário do Senado.

A Lei 9.250/1995 já permite aos contribuintes deduzir doações a esses fundos, mas não dá a opção de fazê-las diretamente na declaração anual, como é previsto em relação aos conselhos dos direitos da criança e do adolescente.

Conforme a proposta — de Paulo Paim (PT-RS) —, a doação estará limitada a 3% do imposto apurado. Além disso, os contribuintes deverão observar o limite de 6% do imposto apurado para as deduções globais com todas as doações, como as destinadas a produções culturais e audiovisuais e aos conselhos de crianças e adolescentes.

O relator na CAE, Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), deu voto favorável. “O que se

pretende é garantir aos idosos tratamento isonômico em relação, por exemplo, às doações realizadas aos fundos dos direitos da criança e do adolescente, que já podem ser abatidas diretamente do imposto devido no momento da declaração de ajuste anual”, destaca.

### Paim comemora aprovação de projeto no Senado

Paulo Paim (PT-RS) comemorou a aprovação, em decisão final na CAE, do projeto que permite



que doações a fundos para a terceira idade sejam feitas diretamente no Imposto de Renda (PLS 309/2012). Ele também informou que avança no Congresso a medida provisória (MP 676/2015) que institui nova fórmula para cálculo da aposentadoria.

— Tem uma forma progressiva que estamos tentando alterar na medida para garantir que todos possam se aposentar — disse.

## Vai à Câmara mudança de critério para identificar paraísos fiscais

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem, em decisão final, projeto de Ricardo Ferraço (PMDB-ES) que modifica os critérios de identificação de países com tributação favorecida, como são chamados os paraísos fiscais (PLS 275/2014). Se não houver recurso para votação em Plenário, o texto seguirá diretamente para a Câmara dos Deputados.

Pelo projeto, deixará de ser considerado paraíso fiscal o país que não for assim classificado, ainda que com uma denominação distinta, por órgão, entidade ou organização independente e internacionalmente reconhecida. Caberá ao Poder Executivo indicar um ou mais órgãos para essa certificação.

Ferraço lembra que a legislação brasileira confere um tratamento tributário mais rigoroso para as operações realizadas com países de tributação favorecida, sendo assim entendidos todos aqueles que adotem tributação máxima da renda em nível inferior a 20%. Para o senador, a presunção de que todos os países que adotam essa tributação sejam paraísos fiscais

tem acarretado distorções.

— Vamos ao campo prático. Quando uma empresa brasileira procura países do Oriente Médio para ampliar suas exportações e com isso gerar mais oportunidades aqui, ela procura esses países porque eles têm bons mercados. Quando essa região é considerada paraíso fiscal, essa empresa será tributada além de seus concorrentes e, conseqüentemente, será excluída — afirmou.

Ferraço citou o caso de Cingapura, classificada como paraíso fiscal pelas regras brasileiras. Entretanto, esse tratamento não é dado ao país asiático pelos Estados Unidos e pela União Europeia. Situação semelhante acontece com Irlanda e Luxemburgo. O senador lembra que entidades de atuação mundial como a Organização para o Desenvolvimento e Cooperação Econômica (OCDE) não empregam alíquota mínima de tributação como critério para identificar paraíso fiscal.

O relator na CAE, Douglas Cintra (PTB-PE), deu parecer pelo acolhimento do projeto, que recebeu 13 votos favoráveis.

A Comissão Temporária da Reforma Política concluiu ontem as discussões sobre o projeto que veio da Câmara e recebeu emendas do relator, Romero Jucá. A votação da proposta está marcada para hoje

## Regras para financiamento de campanha vão a votação

A COMISSÃO TEMPORÁRIA da Reforma Política marcou para hoje a votação do PLC 75/2015, que veio da Câmara, com mudanças em algumas normas da legislação partidária, eleitoral e política. Durante os debates, concluídos ontem, os senadores questionaram as regras sobre o financiamento das campanhas eleitorais definidas pelos deputados.

A proposta foi modificada por emendas do relator da comissão, Romero Jucá (PMDB-RR), e também por sugestões apresentadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Jucá esclareceu que a maioria dessas alterações visou limitar os valores das doações para campanhas e dar mais instrumentos para o controle do dinheiro que entra nos caixas dos partidos.

— A ideia é reduzir os custos da campanha e possibilitar que a sociedade possa acompanhar esse processo.

Se a comissão aprovar o texto, pessoas físicas poderão doar para as campanhas só até 10% dos rendimentos recebidos no ano anterior à eleição. As pessoas jurídicas estão autorizadas a doar apenas para os partidos até 2% da receita bruta. Um mesmo partido só

poderá receber até 0,5% da receita bruta das empresas.

Quem não seguir as normas pagará multa e poderá ficar proibido de concorrer em licitações e assinar contratos com o poder público por até cinco anos. Cartórios e serviços notariais de registro não podem doar. Estão vedadas também doações de empresas que têm contratos em órgãos ou entidades da administração pública na mesma região da campanha política.

### Rendimentos

Os candidatos ou partidos deverão entregar os recibos das doações conforme modelo definido pelo TSE. O tribunal vai encaminhar à Secretaria da Receita Federal os recibos das doações. Esta, por sua vez, vai cruzar os valores com os rendimentos dos doadores para apurar se houve excessos.

A Comissão da Reforma Política aguardava a aprovação, na Câmara, da proposta de emenda constitucional que autorizou a doação de empresas. A PEC 23/2007 já está no Senado e deve ser examinada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Mesmo se a PEC não passar pela Comissão da Reforma

Política, o debate vai ser intenso. Lasier Martins (PDT-RS) avalia que os limites de doações estão muito altos.

— Não estamos alcançando aquela reforma que se clamava tanto, com profundidade, redução de despesas, evitando as empreiteiras — alertou Lasier.

Para Tasso Jereissati (PSDB-CE), o essencial é definir limites claros para a transferência do dinheiro, independentemente do faturamento da empresa.

— O que é imoral, ou amoral, e escandaliza é o montante. Se a empresa for gigantesca e puder doar até R\$ 300 milhões, pode passar a ser praticamente a dona de uma candidatura, ou de várias — argumentou.

O presidente da comissão, Jorge Viana (PT-AC), também defende o estabelecimento de valores máximos para doação, e não apenas percentuais.

— O presidente dos EUA, Barack Obama, arrecadou quase US\$ 1 bilhão em cada campanha, com limites de menos de US\$ 1 mil por pessoa. Defendo a doação apenas de pessoa física. Vai botar um desafio: convencer eleitor não só a votar, mas a colaborar com as campanhas. Eu quero disputar eleição assim, com proposta, e não com dinheiro.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Otto Alencar fala sobre suposto crime de responsabilidade nas contas de 2014

### “TCU é o perito das contas de Dilma; Congresso é o juiz”, diz Otto

Na reunião de ontem da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), o presidente do colegiado, Otto Alencar (PSD-BA), citou os efeitos de seu requerimento para que o Tribunal de Contas da União (TCU) faça uma apuração adicional sobre decretos de abertura de crédito suplementar da Presidência da República em 2014.

A solicitação, disse, busca averiguar se a liberação dos créditos seguiu os trâmites previstos na Constituição, como a aprovação pelo Congresso. O requerimento motivou nova solicitação do TCU por esclarecimentos da presidente Dilma sobre as contas de 2014 e a concessão de novo prazo para a resposta.

— Aprovamos requerimento de minha autoria, extrapauta. Não posso acreditar que a Presidência da República, com o Ministério do Planeja-

mento, com tanta assessoria que tem, possa abrir crédito suplementar sem a autorização do Congresso. Isso seria crime de responsabilidade, é uma coisa muito grave, por isso, o requerimento.

Otto Alencar enfatizou que o TCU é órgão perito, faz auditoria das contas e opina se estão regulares ou irregulares.

— Somos nós, senadores e deputados, os juízes — frisou, ao citar decisão recente do Supremo Tribunal Federal (STF) para que as contas do Executivo sejam examinadas em sessão conjunta do Congresso, e não separadamente pela Câmara ou pelo Senado.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Donizeti Nogueira (PT-TO) pediram mudança na Lei de Responsabilidade Fiscal, para não penalizar prefeituras que perdem receita pela redução de população e a evitar que municípios arquem com incentivo fiscal do governo.

### Viana parabeniza quem não foi às manifestações de domingo

Jorge Viana (PT-AC) parabenizou os brasileiros que foram às ruas domingo protestar contra o governo por terem feito manifestações pacíficas.

O senador, porém, cumprimentou especialmente os que ficaram em casa porque, a seu ver, entendem que o Brasil vive um momento difícil, mas esperam que as lideranças políticas encontrem uma saída. E fez um apelo às lideranças políticas:

— Vamos atender o recado do dia 16 da população que, na sua absoluta maioria, ficou em casa. Cabe a ela [presidente Dilma] o gesto de procurar os líderes da oposição e dialogar com todos os setores da sociedade.



Jefferson Ruy/Agência Senado

### Flexa apoia posição de Fernando Henrique sobre renúncia de Dilma

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse concordar com declaração do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso de que Dilma Rousseff precisa renunciar para tirar o Brasil da crise.

Ou a presidente faz isso, ou faz um mea culpa, afirmou. Para o senador, a manifestação de domingo mostrou mais uma vez a indignação da população com as crises econômica, política e ética que afetam o país. Se nada for feito, outras manifestações vão ocorrer, disse:

— A sociedade não se cansará. E, tenho certeza, alcançará seu intento de moralizar a política e pôr fim aos escândalos de corrupção deste governo.



Jefferson Ruy/Agência Senado

### Para Vanessa, sugestão de FHC foi “irresponsável e inoportuna”

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) criticou os setores da oposição que, disse, tentam tirar do poder a presidente Dilma Rousseff. Ela classificou a demanda pelo fim da corrupção como um anseio de todo o povo. Mas condenou tentativas de abreviar um mandato “por simples discordância”.

— Os defensores do impeachment da presidente aproveitaram o momento para reforçar as ambições de reaver o poder a qualquer preço.

Vanessa afirmou que, ao sugerir a renúncia de Dilma, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso se expressou de forma “irresponsável” e “inoportuna”.



Jefferson Ruy/Agência Senado

### Crise econômica é resultado da falta de reformas, diz Anastasia

O Brasil enfrenta as dificuldades econômicas atuais porque não adotou uma gestão pública inovadora e empreendedora, disse Antonio Anastasia (PSDB-MG). Segundo ele, o governo não conseguiu fazer as reformas necessárias para promover o desenvolvimento de forma ordeira e inclusiva.

— Conseguimos combater a inflação, com os benefícios do Plano Real. Mas não tivemos, na sucessão do presidente Fernando Henrique, que nos legou estabilidade monetária, a adoção de medidas necessárias à época, aproveitando, inclusive, um momento da economia mundial de grande crescimento.



Jefferson Ruy/Agência Senado

### Telmário: não é essa a mudança política que o povo pede nas ruas

Após dizer que os manifestantes que foram às ruas gritavam contra a corrupção, Telmário Mota (PDT-RR) perguntou se a reforma política em estudo no Congresso atende esse apelo. Ele afirmou que, ao manter as doações de empresas, reduzir o tempo de campanha e destinar dinheiro do Fundo Partidário apenas às legendas que tiverem ao menos um deputado ou senador, a reforma política aprovada pela Câmara vai contra o anseio das ruas. Isso, para ele, acaba com os pequenos partidos e dificulta o surgimento de líderes.

— Foi isso que o povo pediu nas ruas? Claro que não.



Jefferson Ruy/Agência Senado

### Defender impeachment é tentativa de golpe, afirma Fátima

Fátima Bezerra (PT-RN) criticou ontem o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que questionou a legitimidade do governo Dilma Rousseff e cobrou a renúncia da presidente, o que seria, disse, um “gesto de grandeza”.

— Ele perdeu uma boa oportunidade de ficar calado. Com que autoridade ele diz isso? — questionou a senadora, que lembrou a crise de popularidade enfrentada pelo ex-presidente no seu segundo mandato.

A senadora também disse que não há nada que incrimine a presidente da República e que defender um impeachment é tentativa de golpe.



Jefferson Ruy/Agência Senado

# Avança punição a pai que falta a reunião escolar

Substitutivo a projeto de Cristovam Buarque foi aprovado sem emendas que propunham flexibilização das sanções previstas, similares às aplicadas ao eleitor que deixa de votar

SENADORES DA COMISSÃO de Educação, Cultura e Esporte (CE) discordaram ontem sobre flexibilizar ou não as punições estabelecidas em projeto de lei (PLS 189/2012) de Cristovam Buarque (PDT-DF). Depois de alguma polêmica, a comissão acabou aprovando substitutivo de Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) à proposta, que estipula penalidades para os pais ou responsáveis que não participarem das reuniões escolares de avaliação dos filhos ou dependentes.

Segundo Bezerra, os pais terão que comprovar a presença em pelo menos quatro reuniões anuais para se livrem de eventuais sanções. Quem não cumprir a exigência poderá enfrentar punições similares às aplicadas ao eleitor que deixa de votar, como ficar proibido de se inscrever em concurso público e de obter empréstimo em bancos oficiais.

— Se o voto é obrigatório, mais obrigatório ainda é o mandamento constitucional que impõe a obrigação



Bezerra (C) apresentou substitutivo ao texto de Cristovam (E) e rejeitou emenda de Donizeti (D)

de a família acompanhar o rendimento escolar de seu dependente — sustentou Bezerra.

O relator disse ainda ter abrandado o PLS 189/2012 ao retirar duas punições previstas no texto original. Assim, ficaram de fora a proibição de renovação

de matrícula em escola pública e de participação em qualquer ato para o qual se exija quitação com o serviço militar ou com o Imposto de Renda.

Ao mesmo tempo em que defendeu a proposta de Cristovam e seu substitutivo, Bezerra recomendou a

rejeição de emenda substitutiva de Donizeti Nogueira (PT-TO). Como Donizeti só propunha punição aos pais ou responsáveis a partir da ausência a quatro reuniões, o relator considerou que a emenda “prejudicava o mérito do projeto original”.

Bezerra também rejeitou sugestão de Simone Tebet (PMDB-MS) no sentido de flexibilizar essas punições. Preocupada em resguardar as famílias mais humildes, Simone sugeriu que, na primeira ausência a uma reunião de avaliação, o pai ou responsável recebesse uma advertência da escola. Já na segunda falta seguida, a escola deveria informar o fato ao juiz da comarca. Para o relator, a interferência do juiz na relação escola-família criaria uma “judicialização desnecessária”.

Cristovam sugeriu que a CE aprovasse o substitutivo de Bezerra e deixasse a discussão sobre as posições de Donizeti e Simone para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde o projeto vai a votação final.

## Comissão aprova cota em curso do Sistema S para mulheres vítimas de violência

Foi aprovado ontem, pela Comissão de Educação (CE), o PLS 233/2013, de Ataídes Oliveira (PSDB-TO), que cria reserva de vagas para mulheres vítimas de violência doméstica nos cursos técnicos oferecidos pelos serviços nacionais de aprendizagem (Sistema S), como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). A proposta segue para votação final na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Com parecer favorável da relatora,

Sandra Braga (PMDB-AM), o projeto fixa que 5% das vagas do Sistema S devem ser destinadas a mulheres em situação de violência doméstica ou familiar. Os cursos serão gratuitos.

Sandra chamou a atenção para a importância da independência financeira para a vítima de violência doméstica conseguir sair da situação de risco.

— É preciso que elas tenham a oportunidade de serem inseridas no mercado de trabalho — disse.

## Projeto incentiva alimentação saudável na escola e cardápio que respeite cultura

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem projeto de Paulo Paim (PT-RS) que disciplina a venda de alimentos nas escolas de educação básica e a elaboração de cardápios do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PLS 357/2015). O texto visa incentivar hábitos alimentares saudáveis.

O relator, Alvaro Dias (PSDB-PR), deu voto favorável ao projeto, com duas emendas. O texto tem votação final na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O projeto proíbe o licenciamento e a renovação de alvarás de funcionamento de estabelecimentos que venderem, dentro das escolas, bebidas de baixo teor nutricional ou alimentos ricos em açúcar, gordura saturada, gordura trans ou sódio. Para Paim, a medida pode ajudar a combater a obesidade infantil, que cresce no mundo.

O relator sugeriu que o cardápio escolar seja elaborado por nutricionista e respeite a tradição alimentar local.

## Proposta obriga faculdade a informar exigência de disciplinas

As universidades podem ser obrigadas a divulgar, no contrato com o aluno, a exigência de matrícula em número mínimo de disciplinas ou créditos por período letivo. A exigência está em projeto de lei da Câmara (PLC 52/2014) aprovado ontem pela Comissão de Educação (CE). O texto também obriga as universidades a informarem se adotam o regime seriado (com grade curricular fechada). O projeto vai a análise do Plenário.

Em parecer favorável, o relator na CE, Donizeti Nogueira (PT-TO), ressaltou que o projeto está em harmonia com o Código de Defesa do Consumidor (CDC), já que dá conhecimento aos contratantes (estudantes) das condições com as quais se comprometem.

## Senado poderá ter programa de estágio-visita para universitários

Projeto de resolução do Senado que institui o Programa Estágio-Visita, para possibilitar a estudantes universitários conhecer o funcionamento do Senado, foi aprovado ontem pela Comissão de Educação e Cultura (CE). A proposta, apresentada no ano passado pelo então senador Paulo Davim, visa incentivar a participação democrática e o exercício da cidadania. O texto (PRS 60/2014), que recebeu parecer favorável do relator, Gladson Cameli (PP-AC), será analisado agora pela Comissão Diretora da Casa.

O estágio-visita terá a duração de cinco dias úteis, durante os quais o estagiário poderá conhecer as dependências do Senado e acompanhar as sessões do Plenário, os trabalhos das comissões e outras atividades relativas aos trabalhos legislativos.

## Vai à Câmara texto que institui março como o Mês da Poesia

O mês de março poderá ser declarado oficialmente como o Mês da Poesia. A Comissão de Educação e Cultura (CE) aprovou ontem, em decisão final, projeto de lei de Paulo Paim (PT-RS) que institucionaliza a data. A proposta (PLS 343/2011) recebeu parecer favorável da relatora, Maria do Carmo Alves (DEM-SE), e deverá seguir direto para a Câmara dos Deputados se não houver recurso para votação pelo Plenário do Senado.

O projeto de Paim pretende homenagear o poeta Thiago de Mello, nascido em 30 de março de 1926 em Barreirinhas (AM). Escritor premiado, traduzido em mais de 30 idiomas, Mello foi preso e exilado durante a ditadura militar e é conhecido como um intelectual engajado na luta pelos direitos humanos.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves  
**Segundo-secretário:** Zeze Perrella  
**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli  
**Quarta-secretária:** Ângela Portela  
**Suplentes de secretário:** Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra  
**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Ricardo Icassatti Hermano  
**Diretor-adjunto:** Flávio Faria  
**Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá  
**Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes  
**Coordenação de Edição:** Silvío Burle  
**Coordenação de Multimídia:** James Gama  
**Site:** www.senado.leg.br/noticias

## JORNAL DO SENADO

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cíntia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Relator diz que modificará substitutivo para incluir dispositivos sobre “dados anonimizados” e a atuação do governo no uso de informações

## Especialistas pedem mudanças em texto sobre proteção de dados pessoais

A COMISSÃO DE Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) fez ontem uma audiência sobre o substitutivo ao PLS 330/2013, que cria regras para a proteção de dados dos brasileiros. Os participantes apontaram pontos conflituosos e lacunas na proposta. O relator, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), anunciou que fará modificações no relatório.

— Questões novas foram levantadas, como os dados anonimizados, expressão que eu não conhecia, e o tratamento e coleta de dados por parte do Estado — explicou Aloysio.

O Brasil passou a se preocupar com a proteção de dados pessoais principalmente depois das denúncias de que o governo do Estados Unidos teve acesso a e-mails e telefonemas de pessoas em vários países. Outro problema que o projeto busca resolver é o das propagandas indesejadas recebidas por e-mail e pelo correio, resultado do comércio irregular de dados de clientes.

Argumenta Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), autor do projeto original: “Não bastassem os aborrecimentos gerados, é extremamente preocupante saber que nossos dados íntimos estão sendo fornecidos a todo instante a terceiros sem o nosso consentimento”.

### Dados anônimos

A questão dos dados anonimizados foi mencionada pela diretora do Conselho de Estudos Jurídicos da Associação Brasileira de Internet (Abra-net), Carol Conway. Para ela, é preciso, no projeto, pensar separação entre os dados pessoais e os tornados anônimos.

— Se queremos colocar o Brasil à frente na questão tecnológica, temos que debater o *big data* e colocar definição de dados anonimizados que não



Aloysio Nunes Ferreira, o relator do projeto de lei na comissão: após alerta de especialistas, substitutivo será revisto

se confunda com dados pessoais. É importante incorporar para termos uma legislação moderna — disse Carol.

Ela também mencionou a importância de o cidadão ser protegido em relação às condutas do Estado, grande coletor e tratador de dados. O substitutivo, frisou, não menciona as ações do governo.

A necessidade de criação de uma autoridade central de proteção de dados foi citada na audiência, mas não houve consenso. A iniciativa não pode partir de parlamentares, já que a criação de um órgão de governo compete constitucionalmente ao Poder Executivo.

Segundo o promotor de justiça e presidente do Instituto Brasileiro de Direito Digital, Frederico Ceroy, um ponto que precisa ser discutido é o da necessidade de “consentimento expresso” do usuário para a coleta e o tratamento de seus dados pessoais.

Ceroy alertou para a ocorrência da “fadiga do conhecimento”, quando o usuário concorda com os termos sem lê-lo porque está com pressa. Para Ceroy, a medida acabaria se tornando inócua.

Ele também citou pontos passíveis de modificação no

projeto, como o tráfego de dados que simplesmente passam pelo Brasil, sem passar por nenhum tipo de tratamento em território nacional. No projeto, eles estão submetidos à lei brasileira. O instituto questiona a necessidade da medida.

### Setor financeiro

Na questão dos dados para o setor financeiro, Laura Schertel, doutora em direito privado pela Universidade de Berlim, afirmou que o projeto é tímido em relação à avaliação de crédito e traz normas que já existem na legislação, como a do cadastro positivo. Ela também defendeu a possibilidade de “reanálise de crédito”, caso a avaliação automatizada o negue em primeira mão. Na opinião dela, o cidadão deve ter o direito de conhecer o nexo da análise de risco, merece saber por que recebeu um *score* ruim e teve o crédito rejeitado.

Laura elogiou o substitutivo por ter um “formato de lei geral”, tratando de conhecimentos gerais e princípios básicos, que auxiliará a interpretar e resolver conflitos que surgirão ao longo do tempo. Ela frisou que o texto está em compasso com a legislação que está sendo discutida no mundo inteiro.

Na avaliação do diretor de Política de Negócios e Operações da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), Leandro Vilain, a obrigação de a metodologia de cruzamento das informações ser transmitida ao cidadão, como prevê o projeto, poderia afetar as análises de risco de crédito para o consumidor.

Na opinião de Vilain, a norma reduziria a capacidade de análise de crédito, tornaria vulneráveis as variáveis adotadas por cada instituição e, consequentemente, elevaria o risco de fraude com a publicação das metodologias. Isso redundaria num ambiente de menos competitividade, pois as análises acabariam sendo restritas a um modelo único. Além disso, a cessão desses dados ao consumidor mediano não teria benefícios, frisou, já que ele não compreenderia grande parte das informações.

Também participou da audiência Fabricio Lazaro, chefe de gabinete da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça. Ele afirmou que o governo está elaborando uma proposta legislativa para regulamentar o setor.

A audiência foi proposta por Telmário Mota (PDT-RR).

## Ângela quer diálogo pelo fim da greve dos professores em RR

Ângela Portela (PT-RR) pediu ao governo e aos professores da rede pública de seu estado que retomem o diálogo para encerrar a greve da categoria, que já passa dos 10 dias. Ela considerou legítimas as reivindicações dos professores por melhores salários e condições de trabalho, mas lembrou a crise na educação pública.

Ela disse que, como servidora da educação, conhece a realidade de Roraima, principalmente quanto às péssimas condições das escolas indígenas. Segundo Ângela, o estado tem 14 mil alunos indígenas.



## Projeto simplifica exigência de entidade sem fins lucrativos

José Medeiros (PPS-MT) apresentou um projeto que simplifica o cumprimento de obrigações tributárias pelas entidades sem fins lucrativos com receita anual de até R\$ 600 mil. Elas teriam uma declaração única de informações sociais, socioeconômicas e fiscais.

Para ele, não faz sentido uma entidade de pequeno porte consumir seus poucos recursos humanos e materiais na tarefa de preencher documentos fiscais “desnecessários”.

— O texto exige que as entidades mantenham a escrituração de receitas e despesas. Nada se perde em transparência.

## Lídice comemora anúncio de obras de encostas em Salvador

A assinatura de ordem de serviço, pelo governo baiano, das obras de contenção de encostas na Travessa Volts, em Salvador, foi comemorada por Lídice da Mata (PSB-BA).

— As chuvas intensas, especialmente de março a junho, provocaram deslizamento de terra e mortes em Salvador. As obras são indispensáveis para assegurar a permanência das pessoas pobres na área — disse.

A senadora também registrou que em setembro será inaugurado novo trecho do metrô de Salvador, que hoje funciona experimentalmente.



## Companhias aéreas vão debater preço de bilhetes para Região Norte

Os presidentes das companhias aéreas TAM, Gol e Azul serão chamados a debater na Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA) os altos preços cobrados por passagens para cidades da Região Norte, a oferta de linhas e a aviação regional. A audiência pública com os dirigentes das empresas foi proposta por Jorge Viana (PT-AC), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Para Jorge Viana, as pessoas que vivem na Amazônia, em especial no Acre, são subme-

tidas a preços abusivos. Para aquela população, frisou o senador, esse tipo de transporte é “a única possibilidade de integração com o país”.

— A passagem mais barata, apenas de ida ao Acre, custa entre R\$ 1.500 e R\$ 1.700, em levantamento que fizemos. No mesmo período, constatamos que é mais barato uma ida e volta para Tóquio do que uma ida ao Acre. É mais barato uma ida a qualquer país da União Europeia do que uma volta de Rio Branco a Brasília. É inadmissível que a população

brasileira tenha seu direito constitucional de ir e vir cerceado pelo preço abusivo das passagens aéreas — afirmou.

Jorge Viana sugeriu ainda a participação de Marcelo Pacheco dos Guarany, presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), e acatou sugestão de Flexa Ribeiro para convite ao ministro-chefe da Secretaria de Aviação Civil, Eliseu Padilha.

### Pnad 2003

Também foi aprovado requerimento de Ronaldo Caiaido (DEM-GO) convidando

Herton Araújo, ex-diretor de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), para explicar a divulgação de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2013.

O senador quer esclarecer notícia publicada pelo jornal *Folha de S.Paulo* de que Araújo teria sido impedido de divulgar, antes do término da eleição presidencial de 2014, dados que mostravam aumento da extrema pobreza no país naquele ano.

# Contratos da CBF são foco na CPI do Futebol

Negociações de amistosos da Seleção Brasileira foram feitas com empresas com sede em paraísos fiscais. Para Juca Kfour, comissão pode contribuir para estruturar modalidade

A COMISSÃO PARLAMENTAR de Inquérito (CPI) do Futebol realizou ontem audiência com os jornalistas Juca Kfour, Jamil Chade e José Cruz. Chade repassou três cópias de contratos da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), que obteve como correspondente na Suíça do jornal *O Estado de S. Paulo* e que tratam de negociações de jogos amistosos da Seleção Brasileira entre 2006 e 2022.

Esses contratos, assinados com empresas estrangeiras em paraísos fiscais, motivaram o presidente da CPI, Romário (PSB-RJ), a sugerir que os contratos da entidade nos últimos dez anos sejam investigados.

## Contratos

O primeiro dos contratos entregues por Jamil Chade à CPI é o da CBF com a ISE, subsidiária do grupo saudita DAG, um dos maiores conglomerados

econômicos daquele país. O contrato da ISE com a CBF traz como endereço dessa subsidiária uma caixa postal nas Ilhas Cayman, sem qualquer estrutura física, funcionários ou escritório de apoio a trabalhos a serem executados.

O contrato cedeu à ISE os direitos de negociação dos amistosos da Seleção entre 2006 e 2012. A CBF recebia US\$ 1,1 milhão por jogo e a empresa contratada podia negociar os direitos de transmissão dos jogos fora do Brasil, além de ficar com a renda das partidas, entre outras fontes de receitas. Outra subcontratação feita pela ISE foi com a Uptrend, que recebeu 8,3 milhões de euros por 24 jogos da Seleção. O endereço que aparece no contrato é de uma sala em Cherry Hill, nos Estados Unidos.

— Na verdade, é apenas uma sala que serve para ser alugada



Juca Kfour, José Cruz, senadores Romário e Jucá e Jamil Chade na primeira audiência pública da CPI do Futebol

para reuniões ou talvez como fachada — sugeriu Chade.

## Sigilos

Para Juca Kfour, que atua na *Folha de S. Paulo*, CBN e ESPN Brasil, a comissão pode dar uma grande contribuição para que o futebol seja mais bem

estruturado, pois tem um poder que “nenhum jornalista tem”.

Ele citou casos do ex-presidente da CBF José Maria Marin, relacionado ao roubo de medalhas e calotes em empresários. Marin está preso na Suíça devido a investigações do FBI.

Para Juca, as CPIs que foram realizadas pelo Congresso entre 2000 e 2002 foram importantes, mas esta pode ir mais longe.

— Aquelas chamaram a atenção para a corrupção no futebol e isso passou a ser investigado. Hoje, os prejuízos que isso traz são mais identificados — acredita.

O jornalista chamou a atenção para o fato de a CBF ter lutado no Congresso para que o futebol e a Seleção não fossem considerados como patrimônio cultural do país durante a

discussão da MP do Futebol.

— Por enquanto, eles estão levando essa, na prática afastando o Ministério Público das investigações

## Renúncia

José Cruz, do UOL, revelou que Marco Polo Del Nero cogita renunciar ao cargo de presidente da CBF em virtude da CPI.

Cruz sugeriu que a CPI convide o inglês Andrew Jennings. Foi com base em reportagens de Jennings que o FBI iniciou a apuração dos casos.

Romário confirma que um dos focos da comissão será afastar os atuais dirigentes do futebol brasileiro.

— São pessoas que fazem mal ao esporte, que na verdade nem sequer uma real afinidade com o futebol acredito que tenham.

## Teixeira e Del Nero poderão ser convocados

A CPI do Futebol decide amanhã se convocará o presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Marco Polo Del Nero, e o ex-presidente da entidade Ricardo Teixeira. Os requerimentos preveem também a convocação de empresários parceiros da organização.

A CPI decidiu investigar todos os contratos firmados pela CBF nos últimos dez anos. O primeiro passo será ouvir Teixeira, que comandou a entidade entre 1989 e 2012, e Del Nero, que a preside desde abril. Caso as convocações sejam aprovadas, o compareci-

mento dos dois será obrigatório.

Podem ser convocados ainda os empresários Kleber Leite e Cristian Corsi. Kleber é presidente da empresa de marketing esportivo Klefer, parceira da Traffic na compra de direitos de transmissão de competições da CBF. Corsi é presidente do ramo brasileiro da Nike, principal patrocinadora da CBF e da Seleção Brasileira.

As convocações de Del Nero e Teixeira foram propostas pelo presidente da comissão, Romário (PSB-RJ). As de Kleber e Corsi, pelo vice-presidente, Paulo Bauer (PSDB-SC).

## Vão a Plenário regras específicas para planos de assistência funerária

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto que cria regras para comercialização de planos de assistência funerária e para fiscalização das empresas do setor. Hoje, os serviços são regulados por dispositivos gerais do Código de Defesa do Consumidor. De autoria do deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP), o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 50/2014 já foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e segue ao Plenário.

A proposta define os planos como o conjunto de serviços a serem prestados ao titular e dependentes, como atendimento funerário; organização e coordenação de homenagens póstumas, cerimonial e traslados; e providências administrativas e legais.

De acordo com o projeto, os planos deverão apresentar contrato de prestação de serviços com descrição detalhada das atividades a serem prestadas, valor e número das parcelas a serem pagas, condições para cancelamen-

to ou suspensão e tempo de carência.

As administradoras dos planos terão de manter patrimônio líquido contábil equivalente a 12% da receita líquida anual obtida com a venda dos contratos, capital social mínimo de 5% e reserva de solvência de 10% da receita anual. Serão fiscalizadas pelos Procons. Em casos de descumprimento das regras, estarão sujeitas a advertência, multa, suspensão das atividades e até interdição do estabelecimento.

Para o relator da matéria na CAE, Douglas Cintra (PTB-PE), o texto beneficia a população de baixa renda, principal cliente desse tipo de plano.

— Com as medidas, diminui-se bastante a possibilidade de que gestões fraudulentas ou ineptas tornem as empresas insolventes, atingindo o consumidor em momento de fragilidade emocional.

Emenda do relator permite que as administradoras transfiram a realização do funeral a empresas cadastradas para a execução do serviço.

## Construtora que atrasar entrega pode ser multada

As construtoras poderão passar a contar com um período máximo de 180 dias de atraso na entrega de imóveis, sem qualquer penalidade. Após esse prazo, poderão ser obrigadas a pagar multa mensal equivalente a 0,5% do valor até então pago pelo comprador e mais multa compensatória de 1% sobre o montante já quitado.

Isso é o que determina o projeto de lei (PLC 16/2015), aprovado hoje na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e

Controle (CMA). De autoria do deputado Eli Corrêa Filho (DEM-SP), o projeto contou com o voto favorável do relator, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), e segue para deliberação no Plenário do Senado.

O projeto modifica a lei que regulamenta as incorporações imobiliárias (Lei 4.591/1964) para prever o prazo máximo de 180 dias de atraso, contados da data fixada para entrega das chaves, e os percentuais de multas para quem ultrapassar essa tolerância.

O texto prevê a atualização dos valores das multas pelo mesmo índice previsto no contrato e admite a dedução nas parcelas do saldo devedor.

O projeto determina ainda que as incorporadoras enviem informações mensais ao comprador sobre o andamento das obras e, seis meses antes da data combinada para a entrega do imóvel, avisem quanto a possíveis atrasos. As novas normas passarão a valer para os contratos celebrados 90 dias depois de publicadas as mudanças na lei.

## Comissão ouvirá ministros sobre política econômica

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) decidiu ontem que fará seis audiências públicas. Uma delas contará com a presença de diversas autoridades do governo, entre elas os ministros da Fazenda, Joaquim Levy, e do Planejamento, Nelson Barbosa.

De acordo com o autor do pedido das audiências, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), serão debatidas a “forte mudança de orientação” da política econômica e suas repercussões na sociedade.

Entre as audiências propostas por Ferraço, também está uma sobre as denúncias de formação de cartel para manipulação da taxa de câmbio. Dela, deverão participar representantes do Banco Central, do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e da Federação Brasileira de Bancos.

Também haverá audiências sobre os desvios de recursos da Petrobras e seus impactos sobre os mercados de capitais, a atuação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) diante dos resultados deficitários dos fundos de pensão nos últimos anos e as alterações legais propostas nos contratos de terceirização e as relações de trabalho deles decorrentes.

As audiências ainda não têm data marcada.